





VEREADOR MARCELO SERAFIM

<u>2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO</u>

Parecer ao Projeto de Lei n.º 357/2020, de autoria do vereador Jaildo Oliveira, que dispõe sobre as regras para o funcionamento de empresas de condicionamento físico, bem como das atividades físicas exploradas por profissionais autônomos, em logradouros públicos no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do vereador Jaildo Oliveira, que dispõe sobre as regras para o funcionamento de empresas de condicionamento físico, bem como das atividades físicas exploradas por profissionais autônomos, em logradouros públicos no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

A proposição sob análise recebeu da Procuradoria desta casa legislativa parecer opinativo contrário à sua tramitação, sob o fundamento de a matéria objeto do Projeto de Lei já possuir regulamentação em leis municipais específicas, cuja competência legislativa pertence ao Executivo.

Eis o breve relatório, passo a opinar.

1. FUNDAMENTAÇÃO

Em que pese a nobre intenção veiculada no Projeto de Lei sob análise, é possível verificar que a matéria nele tratada já encontra regulamentação em outras leis municipais de autoria do Executivo, tais como as leis que estabelecem o Alvará ou Licença de Funcionamento, o Plano Direito, o Código de Postura, etc.



Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 - São Raimundo, Manaus-AM/ CEP: 69027-020 Tel.: (92) www.cmm.am.gov.br







VEREADOR MARCELO SERAFIM

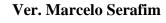
Ademais, a própria Lei Orgânica do Município de Manaus, em seu art. 370, regulamenta a concessão de Alvará de funcionamento às empresas de condicionamento físico, não cabendo ao Legislativo suplementar o disposto na LOMAN.

Por fim, importante salientar que a concessão Alvará de funcionamento de empresas é matéria atinente à legislação própria da referida autorização, sendo defeso ao Legislativo instituir outros requisitos não estabelecidos na lei de regência, sob pena de afronta ao princípio constitucional da isonomia, estampado no art. 5°, *caput*, da CF/88.

2. CONCLUSÃO

Portanto, à luz das razões expostas, manifesto o meu **PARECER CONTRÁRIO** à aprovação do Projeto de Lei.

Plenário Adriano Jorge, em 30 de março de 2021.



Relator



Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 - São Raimundo, Manaus-AM/ CEP: 69027-020 Tel.: (92) www.cmm.am.gov.br



ASSINATURAS DIGITAIS

MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO - VEREADOR - 231.114.883-49 EM 07/04/2021 14:18:43 THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORÊNCIO - VEREADOR - 020.981.552-39 EM 07/04/2021 13:45:26 MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS - VEREADOR - 715.257.182-15 EM 07/04/2021 13:40:47 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - VEREADOR - 641.056.792-87 EM 07/04/2021 13:34:25 ELISSANDRO AMORIM BESSA - VEREADOR - 405.507.372-00 EM 07/04/2021 13:27:39 JOELSON SALES SILVA (AUTORIA) - VEREADOR - 437.045.812-91 EM 07/04/2021 13:34:14









DIRETORIA LEGISLATIVA DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Projeto de Lei n.º 357/2020, de autoria do Vereador Jaildo Oliveira, que "Dispõe sobre as regras para o funcionamento de empresas de condicionamento físico, bem como das atividades físicas exploradas por profissionais autônomos, em logradouros públicos no âmbito do município de Manaus e dá outras providências

Na reunião virtual do dia 07/04/2021, foi aprovado o parecer contrário pela totalidade dos presentes.

